

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | (95) 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atas Plenárias

- Errata da Resolução 2250/2016 - DGP	02
- Errata da Resolução 2251/2016 - DGP	02
- Errata da Resolução 2277/2016 - DGP	02
- Errata da Resolução 2278/2016 - DGP	02
- Resolução Administrativa nº 216/2016	02

Atas Plenárias

- Ata da 2512ª Sessão Ordinária - Íntegra	02
- Ata da 2527ª Sessão Ordinária - Íntegra	09

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
ERRATA DA RESOLUÇÃO 02250/2016

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 02250/2016, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2364 de 19 de setembro de 2016, devido à incorreção do nome a ser sanada.

Onde se lê:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Elisama Castriciano**, matrícula 11856, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Leia-se:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Elisama Castriciano Guedes Calixto de Souza**, matrícula 11856, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

ERRATA DA RESOLUÇÃO 02251/2016

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 02251/2016, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2364 de 19 de setembro de 2016, devido à incorreção do nome a ser sanada.

Onde se lê:

Art. 1º Nomear Elisama Castriciano, matrícula 11856, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Leia-se:

Art. 1º Nomear, Elisama Castriciano Guedes Calixto de Souza, matrícula 11856, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

ERRATA DA RESOLUÇÃO 02277/2016

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 02277/2016, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2365 de 20 de setembro de 2016, devido à incorreção do nome a ser sanada.

Onde se lê:

Art. 1º Exonerar, o servidor **João Paulo Bonates**, matrícula 13260, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Leia-se:

Art. 1º Exonerar, o servidor **João Paulo da Costa Bonates**, matrícula 13260, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução

002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

ERRATA DA RESOLUÇÃO 02278/2016

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 02278/2016, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2365 de 20 de setembro de 2016, devido à incorreção do nome a ser sanada.

Onde se lê:

Art. 1º Nomear João Paulo Bonates, matrícula 13260, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Leia-se:

Art. 1º Nomear João Paulo da Costa Bonates, matrícula 13260, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS
RESOLUÇÃO Nº216/2016

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 010/2015.

RESOLVE

Art.1º Designar os servidores abaixo para exercer a função de fiscal e suplente do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Vigência	Objeto	CPF/CNPJ	Fiscal de Contrato
065/2016	NORTE PRODUÇÕES DE FILME EIRELI - ME	31.12.2016	Aquisição de kits multimídia, edição e diagramação do projeto de e-book/livros wapixana – português e macuxi – português.	24.270.938/0001-90	Fiscal 1: Andressa Macedo de Oliveira Fiscal 2: Fabiane Moura Ferreira

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 22 de Setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 22 de Setembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA

Superintendente Geral

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2512ª SESSÃO, EM 14 DE JUNHO DE 2016.

51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= **ORDINÁRIA** =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia quatorze de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima décima segunda Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido o Senhor Deputado Chicão da Silveira para atuar como Segundo-Secretário *ad hoc* e proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Chicão da Silveira** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 41, de 13/06/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação em favor da Secretaria de Estado da Fazenda;

Mensagem Governamental nº 42, de 13/06/16, encaminhando Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura;

Mensagem Governamental nº 43, de 13/06/16, encaminhando Projeto de Lei de Crédito Suplementar em favor da Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Educação e Desporto;

Mensagem Governamental nº 44, de 13/06/16, encaminhando Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura;

Mensagem Governamental nº 45, de 13/06/16, encaminhando Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação em favor do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima;

Mensagem Governamental nº 46, de 13/06/16, comunicando Veto Total ao Projeto de Lei nº 009/16, que “altera dispositivos da Lei nº 664, de 17 de abril de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado, e dá outras providências”.

RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício nº 220, de 08/06/16, da Diretora de Atividades Plenárias e Cartorárias Interina, encaminhando cópia do Acórdão nº 032/2016-TCE-PLENO, acompanhado do relatório e voto que o fundamentou, referente ao Processo nº 0243/15;

Ofício nº 030, de 10/06/16, do Conselheiro do TCE-RR, em agradecimento pelas obras “Breve História do Parlamento Roraimense” e “Cartilha de Leis”.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Decreto Legislativo nº 013/16, que autoriza o Poder Executivo Estadual a parcelar dívida junto ao INSS, e dá outras providências;

Proposta de Emenda Constitucional nº 005/16, que adita o artigo 27-A e parágrafos 1º a 5º ao texto constitucional vigente;

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 07/06/16, do Deputado Jânio Xingú, que declara de utilidade pública estadual o Sindicato dos Garçons e demais trabalhadores no ramo de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Roraima;

Indicação s/nº, de 06/06/16, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para construção das pontes nas Vicinais 01 e 05 – Projeto de Assentamento PA Tatajuba, no Município de Cantá-RR;

Indicação s/nº, de 06/06/16, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para recuperação de pontes na Vicinal 11, Colônia do Apiáú, município de Mucajaí.

Indicação s/nº, de 07/06/16, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para reforma da estrada e pontes da Vicinal 09 da Vila Nova, na Colônia do Apiáú, município de Mucajaí;

Indicação s/nº, de 07/06/16, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para recuperação de seis pontes na Vicinal 06, seis pontes na Vicinal 12 e seis pontes nas Vicinais 10 e 05 da vila Campos Novos, município de Iracema;

Indicação s/nº, de 07/06/16, da Deputada Aurelina Medeiros ao Governo do Estado, para implantação do Ensino Médio na Escola Estadual Barbosa de Alencar, situada na Vila São José (BR-432) município do Cantá;

Indicação s/nº, de 09/06/16, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para adequação de acessibilidade na calçada do Colégio Militar Estadual Elza Breves de Carvalho;

Indicação s/nº, de 11/06/16, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para recuperação da ponte localizada na Vicinal 04, aproximadamente a 1.100 metros da estrada do Sumaúma, município de Mucajaí;

Indicação s/nº, de 13/06/16, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para reforma e ampliação da Escola Estadual Indígena Nossa Senhora da Consolata, comunidade Manoá - Bonfim;

Indicação s/nº, de 13/06/16, do Deputado Evangelista Siqueira ao Governo do Estado, para instalação de laboratório de informática com capacidade para 30 computadores, a fim de atender aos cursos de capacitação continuada no CEFORR;

Requerimento s/nº, de 08/06/16, do Deputado Jânio Xingú ao Presidente desta Casa Legislativa, para Intervenção Federal no Sistema Prisional de Roraima;

Memorando nº 053, de 08/06/16, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 9 de junho do corrente ano;

Memorando nº 013, de 09/06/16, do Deputado Brito Bezerra – Líder do Governo, solicitando inclusão, na pauta da Ordem do dia, das proposições urgentes.

DIVERSOS:

Ofício nº 44, de 19/05/16, da Câmara dos Deputados, informando que o Presidente da Frente Parlamentar Mista pela Internet Livre e Sem Limites, encontra-se à disposição para realização de audiência pública sobre esse tema;

Ofício nº 1523, de 08/06/16, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, em meio digital, o Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre de 2016, conforme Lei Complementar nº 141/2012.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente, o Senhor Deputado Izaías Maia e o Deputado George Melo.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, demais parlamentares e público aqui presente, parece que as providências começaram a ser tomadas, mas não efetivamente, ao ponto de vermos o caminho da solução.

Juninho Babilônia está morto. Bandido de alta periculosidade, recebeu no beiral a polícia à bala. A polícia da mesma forma enfrentou o Juninho Babilônia, que dizia que se fosse polícia ou cidadão era na bala, está despachado, caixão e vela preta. Dois assaltantes, ontem, praticaram um assalto, fugiram em alta velocidade e se acidentaram, batendo em outro veículo. Um morreu na hora e o outro, menor de idade, ficou todo quebrado e foi levado para o HGR, setor de trauma. Nas últimas fugas, da brincadeirainha, saíram 36 do presídio, ou seja, que era privilégio da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, agora é também problema da Cadeia Pública, de onde 20 reeducandos fugiram por um buraco milimetricamente calculado e aberto sem que ninguém visse coisa alguma. Só não passaram pelo buraco os gordinhos, porque se pesasse mais de oitenta quilos não passava, com menos de oitenta estava aprovado, podia entrar no buraco que você sai lá na Benjamin Constant. Nos últimos dias, o empresário Didi foi morto à bala por marginais. Um funcionário público foi morto a facadas por marginais. Nas últimas fugas, cinquenta e seis fugiram, fora mais de cem que devem estar nas ruas. Gostaria de pedir à Secretaria de Justiça e Cidadania, responsável pelo sistema prisional, que falasse a verdade para o povo, porque não são só cinquenta, nem cem que estão nas ruas, são dezenas e dezenas, centenas e centenas de criminosos, bandidos, estupradores, toda espécie de marginais que estão aterrorizando o povo na capital e no interior. E pasmem os senhores! Semana passada, um pescador de 62 anos de idade que vinha estuprando duas enteadas há mais de oito anos, uma já tem, inclusive, um filho e a outra está grávida, chegou à cadeia, passou três dias e saiu sem ninguém vê. Ou existe uma operação tartaruga para destruir o sistema prisional, ou alguma coisa está errada. Gostaria de pedir aos parlamentares, principalmente aos mais antigos, ao nosso Presidente que cobrasse agilidade, dentro dos parâmetros e dos trâmites do que

diz a Lei da Assembleia, para que possamos instalar a CPI do Sistema Prisional e investigar minuciosamente o que está acontecendo. Não pensem que os elementos estão atacando somente no Pintelândia, Camará, Hélio Campos não, estão atacando em todos os bairros e não muito longe, vocês podem esperar ataques às casas daqueles que são considerados ricos, poderosos e autoridades. Vou dar um exemplo. Um mês atrás uma quadrilha composta por seis elementos armados com metralhadoras, fuzil, minimetralhadoras - no mundo do crime para quem não sabe também chamada como “estrela de Davi”, que na hora que se aperta o gatilho ela líquida o que estiver pela frente- invadiram uma casa que fica próximo à caixa d’água, perto do cemitério Nossa Senhora da Conceição. Dois deles ficaram do lado de fora passando o pano, e quatro pularam o muro, mesmo com cerca elétrica e tudo que você possa imaginar, utilizando uma escada. Eles disseram ao dono da casa, um dentista muito conhecido aqui, que morava há um mês naquela residência, que ficasse tranquilo, pois a Frontier dele eles não queriam porque ela gasta muita gasolina, só iriam levá-la até onde estava o carro de frete. E foi o que fizeram. Os caras estão levando na brincadeira a segurança no Estado de Roraima. Os bandidos, fizeram à limpa, andaram dois quarteirões, tiraram tudo que estava na Frontier e colocaram dentro do carro deles, carro de frete da bandidagem, e levaram tudo. Sempre que toco nesses assuntos, lembro-me do Deputado Xingú que diz que as coisas começam, chegam ao meio e nunca têm fim. Então, quero pedir a esta Casa, pois sou calouro, estou aprendendo ainda e vou aprender com os que estão aqui, os mais antigos, que possamos agir com rapidez para descobrir o que está acontecendo no Sistema Prisional. Vamos fazer logo um levantamento geral de tudo, das reclamações dos reeducandos, das fugas, de tudo, porque, meu amigo, fazer um buraco milimétrico com saída para a Benjamin Constant, que com certeza não foi feito nem com a língua, nem com as mãos, mas, com uma marreta ou algo parecido, porque com a unha fica meio difícil, e mesmo assim os caras fizeram um buraco e ninguém viu isso. É preciso que se apure e investigue para saber se houve facilidade na fuga, nem que seja preciso uma troca geral de funcionários, mas alguma providência tem que ser tomada, porque esse negócio de conversa de vamos fazer não dá mais, pois ninguém faz coisa nenhuma. Então, temos que tomar uma providência, porque o que está em jogo é a vida do nosso povo. Eles entram na casa de uma pessoa humilde no Senador Hélio Campos e entram na casa de um barão, ou em qualquer lugar. Antes que a criminalidade engrosse o pescoço, mais do que estão engrossando, enfrentando a polícia, matando pais de família, acho que temos que fazer alguma coisa. Eu, até o dia que tomarem alguma providência, vou morrer falando aqui, no canal 12, no “Barra Pesada” e na Tropical FM, porque minha parte estou cumprindo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, senhores secretários, Mesa Diretora, deputados e deputadas, imprensa aqui presente, bom-dia. O que me traz à Tribuna hoje é uma coisa muito importante e gostaria que todos prestassem atenção no meu discurso, pois ele é baseado em dados e fatos, não é inventado nem leviano. Quero registrar a presença do meu irmão Cocada, lá do Mucajái, futuro prefeito do Mucajái, e do ex-Prefeito, Deputado Federal e médico de Boa Vista Robério Araújo. Sejam bem-vindos a esta Casa. Senhor Presidente, todas as discussões nesta Casa têm sido baseadas na falta de recursos. Falta recurso para pagar os poderes, faltam recursos para fazer estradas vicinais, para a compra de remédios para a saúde, para fomentar a infraestrutura do estado, falta recursos para investir no agronegócio, ou seja, todas as palavras estão voltadas para a falta e escassez de recursos. Nunca há recursos, faltam recursos até para ampliar o auxílio-alimentação para os funcionários públicos do Estado. No dia vinte, agora, nós vamos ter uma reunião onde, certamente, estarão presentes mais de duas mil pessoas, para tratar desse assunto, o auxílio- alimentação para todos os funcionários públicos do Estado de Roraima. Mas, gostaria de mostrar dados, porque quero acabar com essa fanfarra da escassez de recursos em Roraima. Eu queria mostrar dados para vocês entenderem o que estou falando. Senhor Presidente, eu fui o relator do orçamento do ano em curso, votado no final do ano passado. Deputado Joaquim Ruiz, Vossa Excelência tem estudado muito sobre essa matéria de recursos para Roraima e eu queria mostrar para vocês, meus amigos, o que está aqui em minhas mãos, a LDO do Estado – Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, pois quem mandou essa lei para cá não foi o Deputado Xingú, foi o governo de Roraima, foi o planejamento do governo que mandou essa lei para cá. E o que ela diz? No ano em curso, ou seja, no ano de 2016, o orçamento do governo do estado, é de três bilhões, duzentos e vinte oito milhões de reais. No orçamento vindouro, feito

pelo governo do Estado para o exercício do ano de 2017, o valor é de três bilhões, quinhentos e quarenta milhões de reais, ou seja, duzentos e cinquenta milhões a mais. E quem está falando isso não sou eu, Deputado Zé Galetto, é a LDO do estado, não são valores inventados, isso está comigo, porque sou relator da LDO e quero que qualquer cidadão, entidade, sociedade organizada venha buscar em meu gabinete, pois mandei tirar duzentas cópias para quem quiser. Quem está mostrando isso é o governo do Estado e não o Deputado Xingú. No ano seguinte, nós vamos ter 250 milhões a mais em Roraima, só do orçamento do estado, e não estou falando aqui de verbas voluntárias do governo federal, estou falando do governo do estado. Agora, se você pegar e dividir 250 milhões, Deputada Angela, a partir do ano que vem, são 20 milhões a mais, mas o governo não tem dinheiro para absolutamente nada. Se falarmos no governo, a governadora diz que não tem dinheiro, não tem dinheiro para pagar o duodécimo da Assembleia, não tem dinheiro para pagar o duodécimo do Tribunal de Contas, para pagar o duodécimo do TJ, do Ministério Público, não tem dinheiro para nada, mas o orçamento mostra o contrário, o valor só cresce. E os dados não mentem. Se o governo, que tem 20 milhões a mais no crescimento do orçamento, pegasse 20 milhões por mês e começasse a reformar vicinal, reformar escolas, ampliar o Hospital Geral e colocar remédios para as pessoas não morrerem na fila, Roraima era realmente um belíssimo estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Xingú, estou acompanhando atentamente seu pronunciamento. Vossa Excelência fala de falta de remédios. Mas, ontem, olhando nas redes sociais, pois hoje, graças a Deus, a imprensa nos traz com uma velocidade muito rápida o que entra nas redes sociais, coisas que o jornal não consegue acompanhar, e, para minha surpresa, vi um contrato de nove milhões com a empresa do ex-Secretário de Saúde, uma clínica renal, e o hospital não tem dinheiro para comprar cibalena. Então, começo a enxergar que Vossa Excelência tem razão, eles estão preocupados com os grandes contratos familiares e a população continua sofrendo ao relento com a falta de remédios nos postos e dentro da rede de saúde do Estado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua - Obrigado, Deputado George Melo, pela sua intervenção. Mas, o meu discurso é apenas para esclarecer à sociedade e aos Deputados que a escassez de recursos do governo do estado é uma farsa, é mentira, é má-fé, sobra dinheiro, e muito dinheiro, não é pouco dinheiro. O Bom-Dia Roraima é que é pequeno. Eu estava no município do Cantá, lá nas Confianças, onde encontrei um cidadão do transporte escolar, e disse a ele que algumas coisas na Assembleia não foram pagas, porque a governadora não repassou o duodécimo. Ele falou: Sim, mas eu já recebi, tenho um canal no governo e recebo em dia, só que tenho que fazer umas coisas que não posso dizer. E eu disse a ele: nem precisa falar, nem quero saber. Então, esta Casa não pode mais aceitar esse negócio do duodécimo ser fatiado. Isso é uma vergonha. Eu fui secretário no Mucajái durante quatro anos, está aí o Cocada, que foi Vereador, de um município desse tamanho e no dia o duodécimo estava na Câmara, você sabe disso, dia 17. Aqui, o governo para suas prioridades, faz farra com o dinheiro público e diz assim para os Deputados: Seus idiotas, vocês não sabem o que estão fazendo, não sabem absolutamente de nada, quando sobrar alguma coisa, a gente manda o duodécimo de vocês. Isso é falta de respeito, não podemos mais aceitar isso, de um governo que não atende nem requisito para está aí, que não atende a sociedade e nenhum dos seus setores. Há uma insatisfação generalizada no estado. E no fim, nós ficamos aqui sendo sacrificados por governo que não funciona.

Senhor Presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência que coloque um ponto final nessa história de duodécimo, porque esse mês, se o duodécimo vier atrasado, eu vou voltar a esta Tribuna e a conversa vai ser diferente, aí vou dar nomes aos bois, doa a quem doer, pois é inaceitável. A Prefeitura de Boa Vista tem orçamento quatro vezes menor que o governo e nunca ouvi falar de nenhum prefeito do município de Boa Vista que a Câmara ficasse com seu duodécimo fatiado, nunca ouvi isso na imprensa, nos bastidores, nunca vi os Vereadores comentando sobre isso. Gostaria que um Deputado me desafiasse e falasse: Deputado Xingú, a Teresa Jucá, o Iradilson, o Roberio Araújo, que foi Prefeito nos anos 80, nunca atrasaram o duodécimo. O governo é quatro vezes maior e para receber o duodécimo desta Casa, a Mesa da Assembleia fica ligando para A, para B, é hoje, é amanhã, é depois. Vamos conversar e nos entender. Parece brincadeira, parece empreitada de fazenda. Isso tem que acabar, porque eu vou entrar na justiça, como Deputado eu posso, é um direito meu, porque não podemos aceitar isso, aceitar que a Secretaria de Educação fique

bolando, às escondidas, na madrugada, um processo do transporte escolar para fortalecer três empresas do Estado do Amazonas. E quando aqueles empresários tomarem conta disso, o processo já feito, o certame já aconteceu. Aí ficam, mais de 200 pais de famílias na rua da amargura. São essas e outras coisas que este poder não pode mais aceitar. Nós temos que cobrar do governo, governo que fica aí bisbilhotando a vida de Deputados, que usa a Secretaria de Segurança para ficar fazendo filmagem, seguindo Deputados, um governo irresponsável, sendo que as pessoas estão morrendo na periferia da cidade, porque os presos saem a hora que querem do presidio, existe tem segurança pública, mas fica um bando..... atrás de Deputados, filmando, para fazer dossiê contra Deputados. E esta Casa está com medo. Mas medo do quê? Temos que reagir, fomos eleitos para reagir. Temos que acabar com essa história, os anos estão se passando e nada acontece. E daqui para frente, posso dizer uma coisa para vocês, quem for podre que se quebre, porque não vai ter mais fresco aqui não.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado, eu escutei atentamente seu pronunciamento. É inacreditável que, nesse momento de crise, com queda de receita do governo federal, o governo do estado mande para Assembleia uma LDO, pelo que escutei, com 200 milhões a mais do que o orçamento deste ano, sendo que todos os indicativos econômicos do país mostram uma queda de receita acentuada em 2016. A crise não será superada em 2017. E o governo do estado, através da área de planejamento, Deputada Lenir, nos surpreende, mandando um orçamento infinitamente superior. Presidente, de onde vamos tirar 200 milhões a mais de receita para 2017, se o ICMS, pelos dados que nós temos, não tem crescido nos últimos cinco meses e o FPE vem se mantendo num nível abaixo do que esperado? Mas vem um orçamento, Deputado Xingú, acima deste ano 200 milhões. É preciso rever essa situação. Quero fazer um apelo ao líder do governo para que discuta com a área econômica do Estado, porque eu não posso acreditar que o orçamento de 2017 venha 200 milhões a mais do que o orçamento de 2016. Eu gostaria de saber de onde é que estão tirando esses recursos, porque royalty de petróleo não saiu, a PETROBRAS está em crise, portanto, não há nenhum indicativo que melhore a receita através da produção de petróleo no País. O preço do petróleo está abaixo do mercado, o barril que custava 80 dólares, hoje custa 40. Então, eu gostaria de saber essa mágica, Deputado Xingú. O orçamento de 2016 já veio errado. Na época, como técnico da Assembleia, procurei os Deputados Sampaio e Brito e mostrei que iríamos ter problemas e ocorreram problemas sérios. Agora, eu me surpreendo com Vossa Excelência mostrando a LDO com 200 milhões a mais no orçamento do Estado. Aí é fazer mágica. Muito obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua –Deputado Joaquim, obrigado, mas essa mágica vem acontecendo há muito anos. Só para o senhor lembrar, quando entrei nesta Casa, o orçamento em 2011 era um bilhão e 940 milhões, em 2012 eram 2 bilhões e 200 milhões; em 2013 eram 2 bilhões e 500 milhões; em 2014, 2 bilhões e 800 milhões, em 2015 eram 3 bilhões que estão sendo executados e 328 milhões e a previsão para o ano que vem é de 3 bilhões e 528 milhões de reais, e quem está falando não é o Deputado Xingú, é o planejamento do governo. Agora, não tem dinheiro para pagar o duodécimo dos poderes, não tem dinheiro para coisa alguma, mas a LDO fala diferente. Eu queria dizer que estou aqui com a minha indignação, fiz um projeto de lei para que o governo do Estado pudesse afastar o presidente de sindicato que tivesse mandato classista enquanto estivesse o seu mandato, para ter isenção e cuidar do seu sindicato. Isso não custou um real para o governo, porque a pessoa já é concursada. E aí sabe o que aconteceu? A governadora vetou. Eu quero pedir a Vossa Excelência que me ajude a derrubar o veto, porque os líderes sindicais não podem trabalhar, pois eles são oprimidos pelos seus chefes imediatos que ficam ameaçando, falando: “se você se reunir, nós vamos te mandar embora”. “Se você e falar com fulano e sicrano, nós vamos te transferir de setor, nós vamos fazer isso, aquilo”. E a minha lei vai dar isenção a isso, vai dar o direito de cidadania ao presidente do sindicato para que possa fazer política sindical com respeito e responsabilidade. Eu nunca trouxe aqui, nenhum projeto que não fosse para fazer o bem. Como eu disse e volto a dizer, contribuí com 1200 pessoas com o auxílio-alimentação, porque foi a minha luta para com a polícia civil, os agentes penitenciários. E eles reconhecem isso. Também vamos estender, nesse mandato, o auxílio para todos os funcionários do Estado. No dia 20, vamos nos reunir e vai dar mais de 2000 mil pessoas na minha reunião e a minha audiência pública em seguida aqui. Vocês vão ver, pois eu nunca fiz uma audiência pública aqui para ficar vazia, falta é lugar para sentar, porque eu não falo

bobagem. Eu defendo as pessoas de verdade, entro na guerra em defesa das pessoas e vou até o fim e isso dá credibilidade ao político.

Quero passar a palavra ao Deputado Sampaio.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Xingú, gostaria de dizer que o seu tempo já se exauriu, por esta razão, peço que o Deputado Sampaio use o tempo necessário, mas que seja breve. A Deputada Aurelina parece que também quer fazer um aparte, que também seja breve para que o Senhor conclua o seu discurso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Xingú. Quero, de antemão já antecipar o meu voto, Deputado Xingú, pela derrubada do veto ao projeto de Vossa Excelência, onde se coloca à disposição dos sindicatos e servidores que assumem a direção do sindicato dos servidores. Eu votei pela aprovação e o lamento pelo projeto. Lamento pelo veto e já tenho posição definida, voto pela derrubada do veto a esse projeto de lei, onde Vossa excelência propôs a disponibilidade daqueles servidores que assumirem a direção de uma entidade classista de poderem representar, com maior tranquilidade, em detrimento a qualquer tipo de perseguição, sua carreira. Eu sou um defensor da legítima representação dos trabalhadores que para isso precisam das devidas condições.

Com relação à LDO, Deputado Xingú, vai passar pela análise da Casa ainda. Eu acho que esses 20 milhões a mais que vieram, nada mais são do que a correção, a reposição que é obrigatória pela constituinte de um ano para o outro. Se nós fizermos isso, vai dar mais ou menos 4, 5% que é a inflação do ano que vem, pois, segundo o IPCA, vai dar esses 200 milhões a mais como veio o ano passado. Então, daí esse aumento de 200 milhões. Agora, cabe a nós fazermos uma reflexão tanto na LDO, como na LOA sobre o que nós queremos para o Estado. Essa é a grande questão. Se o governo não está fazendo essa reflexão, então cabe a nós, a esta Casa, fazer. Mas nós não fizemos isso, pelo contrário, tiramos recursos do setor primário produtivo, que onde hoje vive essa calamidade devido à falta de estrada, pontes, vicinais e até mesmo de outras secretarias fundamentais como a saúde, a educação e priorizemos os poderes. Então, não podemos repetir esse erro, porque vai faltar dinheiro.

Outra questão. Cabe a nós fiscalizar, de fato, se está havendo excesso de arrecadação no governo, se está se materializando aquilo que foi projetado no orçamento do ano passado e esse ano está sendo projetado as suas receitas? A primeira pergunta é essa. Eu acho que está.

A Segunda pergunta: está sendo aplicado como deveria? Cabe a nós, desta Casa, fazer esse papel, Comissão de Orçamento, Comissões Afins, fiscalizar, de fato, essa questão, em especial para sabermos se está havendo ou não excesso de arrecadação. Vamos apurar isso de perto, assim como, também, cobrar do Executivo a reposição salarial dos servidores. Nós aprovamos tanto na LDO, quanto na LOA que o governo iria conceder a reposição de 4,5% aos servidores, mas até o presente momento não houve essa reposição. Então, eu acho que aí sim, cabe a nós, nesse momento, cobrar aquilo que já está em lei e fazer uma ampla discussão da LDO nesse momento, nesta Casa, e futuramente da LOA.

Então, quero aqui parabenizá-lo pela observação, mas registrar esses pontos que aqui coloquei. Era isso.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua. – Obrigado, Deputado Sampaio, pela sua intervenção. O seu pronunciamento me deixa feliz, porque Vossa Excelência é um Deputado de destaque da base do governo e reconhece a incompetência do Governo.

Com a palavra a Deputada Aurelina.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Deputado Xingú. Só queria fazer uma observação, mas o Deputado Sampaio já falou, sobre o seu projeto. Mas, quero dizer que não tem mágica, tem lei e a nossa lei estadual não está acima de uma lei federal. A gente é Deputado e sabe disso.

Quero dizer também que a LDO é a lei de diretrizes, não é orçamento ainda, e como tal, existe a lei federal que determina que os orçamentos devem ser corrigidos pelos índices de PIB e IPCA, e isso tem que constar na nossa lei, porque se a gente disser que não é corrigida, a lei federal está acima da nossa. Agora, existem também outras leis federais que estão se desenhando como DRU, que acabou de ser aprovada, onde vários artigos, vários itens, vários serviços no ano que vem vão ter que ter reajustes congelados. O governos, e aí se estende aos estados, vão ter 30% no orçamento para gastar como quiserem. Então, a lei de diretrizes ainda não determina o valor que se vai corrigir no orçamento. O que determina não é a LDO, é Lei de diretrizes, é o que tem na lei federal. Hoje, os orçamentos são corrigidos

pelo IPCA e pelo PIB. O PIB é negativo, ainda vai ser apurado até a LOA para a gente poder definir esse reajuste. Era só o que tinha a dizer, seguindo o raciocínio do Sampaio. Só isso que a gente queria dizer. Obrigada.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua. – Por fim, queria dizer, Deputada Aurelina, obrigado pelo seu aparte. Mas, também quero dizer à senhora que só é executado na LOA aquilo que está na LDO. A LDO é que dá realmente as diretrizes o que não está na LDO, não pode ser executado na LOA, ou seja, o QDD, que é o quadro de detalhamento de despesa, não pode fugir disso aqui. Portanto, se houver erro, o erro não é do Deputado Xingú...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Por isso que tem que ter essa previsão, não pode ter, mas a LDO vai dizer se vai ter ou não.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Exatamente. A verdade é que o dinheiro existe e isso é indiscutível, são números. Agora, para onde ele vai é que pouca gente sabe.

Queria me despedir desse discurso dizendo o seguinte: já estamos indo para dois anos de mandato e eu tenho andado no Estado todo, do Caroebe ao Pacaraima, e quero aqui, desafiar um Deputado que ache uma obra do governo para eu fazer uma aposta com ele, mesmo que seja um galinheiro para criar galinha. Quero desafiar qualquer Deputado que ache. Só se estiver escondida Deputado Chicão, porque eu não vejo. Não tem, Deputada Aurelina. Esse governo vai entrar para história como único governo do Brasil que nunca realizou uma obra. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Com a palavra o Senhor Deputado George Melo. Peço ao Parlamentar que obedeça o tempo, pois temos ainda Ordem do Dia e precisamos evoluir com algumas matérias que estão na pauta.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas que estão no plenário nos ouvindo quero cumprimentar a todos, bem como à imprensa.

Senhoras e senhores, hoje eu trago a esta Casa uma discussão que não tenho dúvida que irá se prolongar por algumas semanas. O assunto é sobre nessa Casa, é a questão do Zoneamento Econômico-Ecológico. A Deputada Angela trouxe uma discussão sobre a área de livre comércio, sobre a questão da Zona Verde, e me preocupou quando a empresária Isabel Itikawa disse que a área que está sendo agricultável em nosso Estado decaiu de 14 para 8. Entendo que temos também uma preocupação com a agricultura familiar, onde os lotes são pequenos e hoje as pessoas só podem produzir em um pequeno espaço no seu lote. Então, muita gente está deixando de produzir. Por isso, venho a esta tribuna hoje preocupado com essa discussão. Por quê? Porque o caminho do nosso estado é a agricultura. Temos a lei da Deputada Angela Portella e vamos acabar perdendo essa lei, porque até hoje, diante de tudo que o Deputado Xingú falou nessa tribuna, a questão, senhoras e senhores, não é dinheiro. O Estado não precisa de dinheiro para resolver o zoneamento. Eu queria me dirigir ao líder do governo, Deputado Brito, que é um Deputado que tem levado, às discussões, os anseios da população que são debatidos nesta Casa, porque o Zoneamento Econômico-Ecológico não depende de dinheiro, não depende de uma estrutura governamental, ele precisa de técnica. E eu estou vendo o tempo passar e essa lei que dá essa condições aos produtores de aumentar sua área de produção perder o seu sentido. Eu acho que uma das poucas coisas boas que aconteceram na questão fundiária do nosso Estado foi essa lei para beneficiar os produtores. E eu costumo dizer que a gente tem contato com vários produtores, chamei atenção aqui, no dia do debate, que hoje os colonos, através da rede social, se manifestam. Quando a gente vai nos polos, nas sedes, nas colônias a população clama por essa lei do zoneamento. Eu acho que o Estado tem que acordar o mais rápido possível. As autoridades, o Ministério Público Federal cobra dessa Casa, mas a lei não chega aqui para debatermos. Eu queria, Senhor Presidente, que a gente estabelecesse, oficiasse ao Estado um tempo para que ele entregasse essa lei aqui, nesta Casa, porque eu já nem quero que essa lei chegue pronta. Isso por quê? Porque ela não consegue chegar aqui de jeito nenhum e eu tenho certeza, Deputado Gabriel, o senhor foi um morador de São Luiz, tem grandes amigos lá, sabe que os moradores sofrem com essa pequena faixa, pois somos moradores da Amazônia, precisamos de espaço para produzir, porque o nosso solo é pobre. Então, essa lei está emperrando o desenvolvimento deste Estado. Vamos poder produzir muito mais se essa lei for aprovada, dobrar a produção. E o que a gente tem que fazer? Basta que o Estado mande a lei para esta Casa, a gente aprove, publique, a governadora sancione e pronto, acabou, o produtor vai ser beneficiado.

Então, eu gostaria sinceramente que nós, Deputados, cobrasse para que essa lei chegasse nessa Casa.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Deputado George. Eu penso igual ao Senhor, pois o Zoneamento Econômico-Ecológico é importante para o Estado de Roraima e se dependesse da gente só fazer uma lei, a gente iria rabiscar uma aqui, digitar, aprovar e fazer a governadora sancionar. Mas, há muitos anos a gente vem pelejando com essa questão do zoneamento. Primeiro, imagina que houvesse o Zoneamento Agrícola Econômico-Ecológico, mesmo assim o zoneamento depende da liberação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, essa desgraça de vida que existe para atrapalhar o povo de Roraima, ou seja, depende da aprovação deles. Eles exigem milhões de audiências públicas que já foram feitas, exigem trabalho de campo, exigem uma aprovação que não é da Assembleia, um trabalho técnico que tem que ser finalizado e já foi, mas que tem que ser aprovado por esse bendito Conselho Nacional de Meio Ambiente. E quando está tudo pronto, ele diz: tem que criar a pirititi lá no equador, tirar metade das terras lá do Baliza, tirar dois terços de São Luiz do Anauá, incluir o lavrado do Bonfim, senão a gente não aprova. Nós temos passado por tudo isso por essas exigências e esse desinteresse. Para o senhor ter uma noção, nós temos no Código Nacional de Meio Ambiente o direito dos nossos produtores explorarem 50% dos seus lotes e sabemos que os produtores hoje exploram somente 20%, mas não tem como produzir com 20% das terras que eles exploram. Se aprovar o nosso zoneamento, porque tem que estipular que nós temos que ter pelo menos 65% do nosso território como área de reserva, e hoje eles estão dizendo que nós não temos isso, não atendemos esse dispositivo aprovado no Código Nacional do Meio Ambiente.

Então, a nossa luta extrapola os nossos limites aqui, porque a gente fica dependendo da aprovação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, que sempre cria um empecilho para que essa lei chegue até nós. Mas, eu me associo ao senhor na importância desse projeto, na necessidade de nos unirmos, corremos atrás para que isso venha acontecer o mais rápido possível. Sabe por que, Deputada? Porque sabemos que essa é uma discussão pacífica, que o nosso Estado já deu terras demais. Então, o que falta? Eu entendo, não vi esse projeto, nunca trouxeram. Mas tragam mal feito, mandem, porque a gente tem que ter alguma coisa, só não podemos é ficar sem nada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado George, quero lhe parabenizá-lo pela preocupação e pela cobrança do Zoneamento Econômico-Ecológico, preocupação que também é minha. Tenho a clareza da grande importância do Zoneamento para alavancar o setor primário do nosso Estado, e o governo tem essa compreensão também. Agora, o que a Deputada Aurelina falou sobre a questão técnica em si, que não é só uma letra fria no papel, é um estudo científico que precisa de dados, de pesquisa, de análise de solo, de audiências públicas, ou seja, tem toda uma demanda a ser contemplada antes que seja transformado esse projeto em lei, o menos imperante aí é o projeto de lei que exige toda uma questão técnica, científica para formar essa proposição chamada Zoneamento Econômico-Ecológico. Deputado, pior do que construir uma casa é tentar consertar uma casa velha, e é isso que o governo está fazendo nesse momento. A proposta do zoneamento feita pelo governo anterior é coisa de polícia, é crime, houve desvio de recursos. Nós temos duas auditorias feitas, dois procedimentos internos feitos, onde foram constatados irregularidades, desvios de recursos. A questão já está no Tribunal de Contas, na Polícia Civil, no Ministério Público, assim como, também, houve falsidade das peças montadas. Na proposta havia mapas e documentos de pesquisas de mil novecentos e alguma coisa, como se fossem atualizadas. E aí, Senhores, quando bateu na mão do CONAMA, lá em Brasília, ele condenou, Deputado George, porque tinha erro de grafia. Então, não é uma peça tão simples de fazer, exige todo um estudo científico e social. Todas as audiências que foram feitas, foram canceladas, têm que fazer novas audiências e não avançou como deveria. Além dessa questão que travou o zoneamento, desse processo errado, elaborado de maneira atropelada, equivocada ou maldosa, qual foi a intensão não sabemos ainda, precisamos apurar. Uma das questões que estávamos discutindo era o parque dos lavrados. Nós iríamos fazer o Zoneamento com o parque ou sem o parque? Onde seria o parque? Então, a partir do momento que retiraram essa questão do parque dos lavrados, as terras foram transferidas de fato. Nós estamos resolvendo essa questão na justiça para, aí sim, dar celeridade, avançar, mas lamento dizer que talvez isso não ocorra nos próximos seis meses ainda. Eu sei que há uma pressão da agricultura familiar, do agronegócio, do setor primário como um todo, pela aprovação do

Zoneamento Econômico- Ecológico nesta Casa também. Registro a sua preocupação e vou mais além, inclusive, já existe uma ação em Brasília, no STF, contestando uma emenda feita ao Código Florestal, pela Senadora Ângela Portela, que seria 65% de terra preservada. Nós teríamos direito a 50% de área de produção, diminuindo a APP. Então, essa emenda ao Código já está sendo contestada em Brasília pelo próprio CMBIO, ou seja, isso é preocupante, porque temos que aprovar, mas deixar claro o que foi herdado pela SEPLAN, pela FEMAH, pelo IACT, pois bem pior ficou do que se tivéssemos começado do zero, devido às irregularidades que foram feitas. E não tenham dúvida, seremos responsabilizados pelos recursos, pela falsidade ideológica, pelas peças que foram montadas. Está lá dois procedimentos, tanto do ITERAIMA como IACT, no Tribunal de Contas, no Ministério Público e na Polícia Civil. Por, quero me somar a Vossa Excelência na cobrança permanente da aprovação Zoneamento Econômico-Ecológico. Obrigado.

Aparte concedido ao senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado Deputado, George, pelo aparte. Quero me juntar também a Vossa Excelência na preocupação. Infelizmente, o Zoneamento não foi aprovado e talvez, com essa pressão do CMBIO, nós teremos algumas retaliações. Eles largaram porque sempre ganham as coisas na justiça lá e não estão sendo usados os 50%, como o Deputado Sampaio falou. Eu tive a oportunidade de participar de todas as cinco audiências públicas e, infelizmente, essas peças não foram aproveitadas. Mas, a nossa preocupação é grande, o interesse da governadora é grande em aprontar esse Zoneamento. Todavia, como falaram os Deputados que me antecederam, são estudos científicos que têm que ser aprovados. E, eu queria me juntar também a Vossa Excelência e fazer um pedido para que o governo federal liberasse o nosso Estado, e não o crucificasse tanto. O que é o CMBIO? Quem é o CMBIO para vir mandar no Estado de Roraima e vir dizer o que temos que fazer? Quem tem que fazer somos nós. O CMBIO foi criado pelo decreto presidencial, mas Senadora Angela Portela, qualquer Senador do nosso Estado ou do Brasil tem mais legitimidade do que esse CMBIO. Eles foram eleitos pelo povo brasileiro, pelo povo dos seus estados, são representantes do nosso Estado o CMBIO é um grupo de pessoas que não querem o desenvolvimento da Amazônia. Mas, eu faço um desafio a eles: que eles passem uma semana com fome, para ver se não vão comer camaleão, lagarto? Então, são pessoas que são dominadas por ONGs, e esse tipo de coisa não podemos aceitar.

Quero me juntar a Vossa Excelência, porque a sua preocupação é a nossa também de provocar e dizer que o CMBIO é uma entidade criada por um decreto presidencial e está tentando atrapalhar o desenvolvimento da Amazônia. Somos brasileiros e precisamos sobreviver. Nós precisamos explorar o que temos de riqueza. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Quero parabenizar o Deputado Gabriel Picanço por ter dito claramente para todos ouvirem que o PT travou esse País mesmo, ao criar essas ONGs que tiveram muita força nesse governo do PT e que destruíram o nosso Estado. Inclusive, o zoneamento daqui a gente atribui a tudo isso que foi dito. Agora, é preciso darmos razão ao Deputado Xingú, porque dinheiro não falta para o governo. Vossa Excelência disse isso com muita propriedade. E até hoje, as coisas não acontecem sem culpa o governo anterior. Ora bolas, prende quem tem que prender e vamos trabalhar, mas já está com um ano e meio e até hoje uma peça tão importante para o nosso Estado que é esse Zoneamento não consegue chegar aqui. eu não acredito que um governo que faz caravana toda semana para o interior não consiga fazer uma reunião com os produtores para efetivar esse projeto que é tão importante. Eu acho que o estado continua na contramão é caravana para dar açúcar, para dar feijão, mas caravana para deixar o produtor produzir não tem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Existe uma frase que diz o seguinte: bambu não dá coco. Não adianta, nós não temos governo, estamos num momento em que o governo não existe. Desde 90 não houve governo pior, sem credibilidade, as instituições governamentais não funcionam. O seu discurso falando do ZEE, que é uma coisa que já deveria ser feita há muito tempo, é importante. Nós criamos cargos aqui para dar às pessoas, para fazerem o quê? Para ficarem levando conversas para o palácio. Como diz o Jalsler: é conversa que leva o nada a lugar nenhum. O governo não tem nem capacidade para capitanear recursos de Brasília. Você não vê uma obra grande do governo com recursos de Brasília, ou seja, governo virou uma cozinha para bater papo, tomar chá à tarde e discutir os dias 10, 20 e 30, pois só conhecem essas três palavras: dez, vinte e trinta

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Eu volto a enfatizar que, infelizmente, esse trabalho que é tão importante para

o estado não precisa de dinheiro. Nós temos autoridade para cobrar, porque demos a oportunidade para a Secretaria de Planejamento contratar um corpo técnico, e até hoje nada aconteceu. Salário de vinte mil reais para o quê? Para nada. Esses competentes técnicos que foram contratados estão fazendo o quê? Têm que demitir esses caras.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Gostaria de cumprimentá-lo pela preocupação, mas não poderia deixar de registrar, pelo carinho e respeito que tenho a Vossa Excelência, que estou nesta Casa desde 1998, sai governo, entra governo, e eu sou do setor produtivo, vivo da produção, e nenhum governo vai alavancar este estado com o Zoneamento Econômico-Ecológico. Se entrar outro governo, será o mesmo discurso. Gostaria de destacar a importância de juntos somarmos esforços e fazermos com que esse zoneamento aconteça. Somos de um estado de limitações, onde setor primário depende totalmente do setor produtivo para que possamos falar em agroindústria, para falarmos em geração de emprego e renda dependemos do setor produtivo. Mas, hoje quem vem visitar nosso estado para trazer investimentos, quando se fala que não temos Zoneamento Econômico-Ecológico, um dos poucos estados da federação brasileira que não, todo mundo tira o time de campo. Eu não vou investir em Roraima, porque não sei o que vou fazer, não tenho uma bússola, não tenho um norte para produzir, não tenho garantia para produzir. Há pouco tempo atrás, o nosso estado não podia produzir algodão, uma produção que gera renda e emprego em qualquer estado brasileiro. Ainda não podemos produzir cana de açúcar por causa da falta do zoneamento. Não é só o governo da Suely Campos que não avançou com o zoneamento, são todos esses governos que por aqui passaram. Eu gostaria de fazer esse apelo para que realmente possamos, juntos, unir esforços para fazermos o zoneamento acontecer. Obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Só para esclarecer, Deputado Chicão, nós aprovamos nesta Casa um quadro especial para cuidar disso. Portanto, a cobrança é pertinente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Deputado, vejo a preocupação de Vossa Excelência com o ZEE e ela não é só sua, mas desta Casa, do povo de Roraima, do setor produtivo. O ZEE está há alguns anos travando o nosso estado. Havia o prazo para até o final do ano passado estar pronto, mas prorrogaram para o meio do ano de 2016 e agora, mais uma vez, o governo não está cumprindo, empurrando para o final do ano. Somos um estado pequeno, sólido, precisamos do setor produtivo para gerar renda e emprego. A sua preocupação é muito importante para o setor produtivo, é fundamental para alavancar o estado e dar oportunidade ao homem do campo. Temos que cobrar sim. Vossa Excelência está certo em cobrar o ZEE e tudo o que foi prometido. As pessoas dizem que Roraima pode usar 50% da sua área e isso é mentira, a legislação não permite, é apenas 20%. Mas, e tem senadora que põe na sua propaganda que está liberado 50%. Isso é um absurdo. Depende apenas do governo do estado que o ZEE seja aprovado nesta Casa e eu não tenho dúvidas que, quando o ZEE chegar aqui, será aprovado de imediato para destravar o setor produtivo deste estado. Nós temos que fortalecer o setor primário que é fundamental, porque não temos indústrias, não temos nada. Parabenizo Vossa Excelência pela sua cobrança. Quero me juntar a Vossa Excelência para cobrarmos sim e onde for necessário para que o ZEE chegue nesta Casa. Parabéns.

O Senhor Deputado **George Melo** continua – A aprovação desta lei vai tranquilizar muitos colonos que hoje dormem preocupados com o meio ambiente chegar e dar uma multa que, muitas vezes, é 10, 20 vezes maior que o valor do terreno.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Eu também, como Vossa Excelência, tenho a certeza que o Zoneamento Econômico-Ecológico trará muito do que hoje almeja o setor produtivo. É algo mais do que importante, é algo fundamental para o nosso estado. Nós trabalhamos em 2012, 2013, realizamos audiências públicas no interior do estado. Acredito que Vossa Excelência participou e, quando foi no final de tudo, não conseguimos sequer enviar para esta Casa o Projeto de Lei do Zoneamento Econômico-Ecológico. Por quê? Porque foi contratada uma empresa desclassificando aqueles que têm empresas no interior do estado, uma empresa de um cidadão lá de Campos Novos que não conseguiu, de forma alguma, avançar com esse projeto, enfim, não teve credibilidade no Conselho Nacional do Meio Ambiente. Se não for tutelado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, o zoneamento feito só pelo estado, sem essa tutela, não traz os benefícios que o código florestal prevê. E cabe dizer que foi a senadora Ângela Portela que conseguiu inserir. A partir do momento que o Zoneamento Econômico-Ecológico esteja aprovado, os produtores do nosso estado terão direito a desfrutar de 50% da

área produtiva de seus lotes e não mais apenas 20% como é agora e como é no restante do país. Portanto, eu digo para Vossa Excelência que eu estou imbuído desse mesmo sentimento, de que possamos dar celeridade a esse projeto. Que seja enviado para esta Casa, mas muito bem desenhado e tutelado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. É isso que o Governo quer. Essa consciência que Vossa Excelência tem dessas necessidades, nós também temos. E eu gostaria, nobre colega, de tratar de outros assuntos aqui com os nossos Deputados Estaduais. Independente de estar na tribuna cobrando, apontando erros e dizendo que o governo é o pior dos últimos 20 anos, que não anda, não faz e que vai dar nome aos bois. Eu gostaria de aceitar o desafio do Deputado Xingú, mas não vamos dar só nome aos bois, não, vamos dar nomes aos bois, aos bezerros, as vacas. Se quiser dar nomes aos bois, eu aceito o desafio de braços abertos, se a gente quiser discutir essa relação de Deputados Estaduais. E agora, neste momento, eu isento a culpa do Poder Legislativo. Eu não vou falar na relação do Legislativo com o Executivo, porque perpassa pela Mesa e tem um presidente nesta Casa, e ele não se pronunciou neste sentido. Mas, se o Deputado quiser dar nome aos bois e discutir a relação dele com o governo, estou pronto. Tenho paixão por discutir essa relação.

No mais, o que vier somar pelo nosso estado, proposições construtivas reais e que não sejam politiquieras, eu quero estar sempre junto. E louvo o pronunciamento de Vossa Excelência, hoje, quando fala do Zoneamento Econômico-Ecológico. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Deputado Brito, o que me preocupa é que essa lei está deixando muitos produtores e colonos preocupados porque o prazo de validade dela está acabando. Então, a gente precisa dar celeridade para que as coisas aconteçam rapidamente. Até porque, mais uma vez, volto a dizer, isso não custa dinheiro. E esta Casa colaborou para que nós tivéssemos aqui toda condição para que o Governo possa trabalhar de forma tranquila.

Eu quero deixar registrado nesta manhã e vou cobrar em outras manhãs também, para que essa lei seja efetivada, e a gente possa beneficiar o nosso Estado. Então eu quero deixar um bom-dia a todos e agradecer a paciência de todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Anuncio para pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/16, que “Aprova o nome do Senhor Wanderlan Oliveira do Nascimento para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR, nos termos do art. 33, inciso XVIII e XXXI, da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria governamental; do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/16, que “Aprova o nome do Senhor Luiz Eduardo Silva de Castilho para exercer o cargo de Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RR, nos termos do art. 33, inciso XVIII e XXXI, da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria governamental; do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 022/15, que “Cria o programa de conscientização e obriga a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de ensino para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; do Projeto de Lei nº 058/15, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação, em hospitais públicos e privados, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, de cartazes com informações sobre DPVAT”, de autoria do Deputado Oleno Matos; do Projeto de Lei nº 080/15, que “Torna obrigatória a disponibilidade de exemplar do Estatuto do Idoso nos estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviço no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Oleno Matos; da Mensagem Governamental nº 040/16, de Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 009/15, que “altera o “caput do artigo 86 da Lei Complementar nº 053, de 31/12/01, e assegura ao servidor o direito à licença com remuneração para desempenho de mandado classista”, de autoria do Deputado Jânio Xingú; e do Requerimento nº 035, requerendo para, depois de ouvido o plenário, formalizar pedido de intervenção federal no Sistema Prisional de Roraima, de autoria do deputado Jânio Xingú.

Quero pedir à taquigrafia que retire do pronunciamento do Deputado Jânio Xingú a expressão “canalha”.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** pedem Questão de Ordem – Só para justificar que eu estava lá fora e cheguei aqui no plenário e me disseram que o líder do governo está me desafiando. E eu só queria dizer a ele que eu não tenho medo de homem. Ele deveria falar quando eu estivesse na tribuna.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Eu gostaria que o senhor estivesse aqui. Se o senhor não estava culpa sua, nós estamos em horário de sessão. O que eu fiz não foi lhe desafiar, mas aceitar o seu desafio quando o senhor falou que queria

dar nome aos bois. Eu falei que seria excelente dar nome aos bois, aos bezerros e às vacas, e eu aceito esse desafio. Se quiser discutir a relação de Vossa Excelência e não desta Casa, pois esta Casa tem um presidente, tem uma Mesa Diretora, tem um colegiado. E essa relação é definida pelo colegiado e pelo presidente do poder Executivo. Mas a relação de Vossa Excelência com o Executivo, se quiser discutir eu estou à disposição.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Eu só gostaria de pedir aos Deputados que nós tivéssemos uma linha de respeito porque a política brasileira está tão desgastada perante a opinião pública nacional, que não cabe a nós, no extremo norte brasileiro, seguir a mesma linha e o mesmo exemplo que nós estamos acompanhando no cenário nacional. As divergências pessoais devem ser contidas. Aqui prevalecem os debates institucionais, os debates de opinião; os debates em que a população precisa saber definitivamente que o direito e o papel dos Deputados Estaduais, se nós entramos na questões pessoais nós não vamos respeitar o mandato que a democracia deu a cada Deputado desta Casa. Então, eu queria pedir, imensamente, com muita humildade o respeito aos Senhores Deputados, à nossa bandeira, à nossa democracia e ao nosso Estado, para que nós fôssemos uma referência positiva e não se tornar um colegiado de Deputados, como está sendo dado aí aos cenário nacional brasileiro que continuamente nós assistimos pelos canais de TV. Eu agradeço aos Senhores Deputados.

Eu vou suspender a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei nºs 058/15 e 080/15 e ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 022/15, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final analise e emita parecer à Mensagem Governamental nº 040/16.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Havendo quórum regimental, dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 058/15, bem como do parecer da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Controle.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 058/15, bem como do parecer da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Controle.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o do Projeto de Lei nº 058/15. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria. A votação será eletrônica: votando sim os Deputados aprovam a matéria, votando não rejeitam-na. Liberado o painel para a votação.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, oriento a bancada para votar sim pela aprovação do projeto.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, eu também gostaria de orientar os colegas do g-14 que votem sim também.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – A matéria recebeu 18 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 058/15, que segue para sanção governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que procede à leitura do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 022/15, bem como do parecer da Comissão dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e de Ação Social.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Eu só queria levantar uma questão, porque o ensino de crianças é de competência da prefeitura, e ele determina o estado, é?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Para crianças e adolescentes com transtornos do espectro autista, não só crianças.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 022/15, bem como do parecer da Comissão dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e de Ação Social.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão a matéria Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria. A votação será eletrônica: votando sim os Deputados aprovam a matéria, e votando não rejeitam-na. Liberado o painel para a votação.

A matéria recebeu 16 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 058/15, que segue para sanção governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que procede à leitura do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 80/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 080/15, bem como do parecer da Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão a

matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria. A votação será eletrônica: votando sim os Deputados aprovam a matéria, e votando não rejeitam-na. Liberado o painel para a votação.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - A matéria recebeu 19 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 080/15, que segue para sanção governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 005/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede uma Questão de Ordem - Senhor Presidente, gostaria de invocar o artigo 234 do Regimento Interno e pedir adiamento de discussão da matéria.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Não é o 234, Deputado Chicão, o adiamento de votação é o art. 224.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede uma Questão de Ordem - Isso mesmo. Obrigado, senhor Presidente, é o art. 224. Gostaria de pedir o adiamento de discussão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Sinto muito, Deputado, mas já evoluímos para a votação.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede uma Questão de Ordem - Então, senhor Presidente, invoco o artigo 238 do Regimento interno, que trata do adiamento de votação, por favor.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem - Senhor Presidente, nós estamos ainda em discussão e gostaria de arguir Vossa Excelência, em conformidade com o artigo 192 e o artigo 224, todos do Regimento Interno, para requerer o adiamento de discussão do Projeto de Decreto Legislativo que está em pauta o nome do senhor Vanderlan de Oliveira Nascimento, indicado para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Junta Comercial - JUCERR, por isso peço a vossa excelência o adiamento de discussão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Vou acatar o pedido de vossa excelência, mas já peço aos senhores deputados que não fiquemos procrastinando os nomes, uma vez que esses nomes já estão há muito esperando para serem analisados, inclusive, peço a atenção do Deputado Marcelo Cabral que é Presidente da Comissão que tem por objetivo sabatar o nome do senhor Vicente que atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente da ADERR, que o faça o mais rapidamente possível, pois, vamos pautar os nomes dos sabatinados para a Sessão da próxima terça-feira, quando iremos apreciar todos os nomes sem direito à discussão e a pedido de adiamento de votação. Quero informar a todos os deputados que não haverá por parte desta presidência nenhum pedido de adiamento de discussão aceito, tampouco adiamento de votação. Para este caso, vou dar o prazo regimental de vossa excelência que, a princípio, é de dois dias, mas, neste caso, será de seis dias contando de hoje até a sessão em que os nomes serão colocados para apreciação. Na próxima semana, iremos apreciar o nome do senhor Vanderlan, bem como o nome do senhor Vicente e os demais que estão esperando para ser apreciados. Acatado o pedido de adiamento de vossa excelência.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 035/16, que requer, após ouvido o plenário, pedido de intervenção federal no Sistema Prisional de Roraima, de autoria do deputado Jânio Xingú.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Requerimento nº 035/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão o Requerimento nº 035/16. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Votando sim os Deputados acatam o Requerimento, votando não, rejeitam-no.

Dou por aprovado o Requerimento nº 035/16 por unanimidade dos deputados presentes.

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Quero convidar os membros da Comissão de Educação para reunião que será realizada após o término da Sessão Ordinária.

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente Sessão e convocou outra para o dia 15 de junho, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Mozart, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir**

Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.

ATA DA 252ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO.
 52º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às nove horas do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima vigésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Convido o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** - Não há quórum regimental, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não havendo quórum regimental para abertura dos trabalhos, suspendo a Sessão por 15 minutos.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** - Senhor Presidente, há quórum.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

Solicito à Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** - Lida a Ata

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão a Ata da Sessão anterior.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Senhor Presidente, eu tinha pedido da taquigrafia, acho que há um mês atrás, que todas as vezes que o FNDE comunicasse que está enviando recursos para o estado, que fossem colocados na Ata os valores desses recursos, para que os Deputados tenham conhecimento para que a população que está nos assistindo na TV-ALE acompanhe essas ações e saiba o montante dos recursos que estão vindo para o Estado. Então, eu gostaria que houvesse esta correção na Ata e essa observação sempre.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, no mesmo sentido de correção, eu quero que corrija a Ata, pois em vez de 600 mil é 600 milhões o empréstimo que falei em meu discurso, mas foi lido 600 mil.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Registradas as Questões de Ordem dos Deputados **Soldado Sampaio** e **Lenir Rodrigues**. Solicito à taquigrafia que faça a correção na fala do Deputado **Sampaio**. E fica determinado à taquigrafia que lance os valores do repasse do FNDE na Ata.

Em votação. Os Deputados que concordam com a Ata da Sessão anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Convidou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*, solicitando-o proceder à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 1232, de 18/08/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando correção dos incisos IV e VI, do Art.1º do Projeto de Lei nº 087/16, originado pela Mensagem Governamental nº 72, de 22 de julho de 2016. E ainda, encaminha Certidões Vintenárias para juntada no referido Projeto de Lei.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício nº 234, de 18/08/16, do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCERR, encaminhando Relatório de Atividades do 2º Trimestre de 2016.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 038, de 23/08/16, da Deputada **Angela Águida Portella**, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia

23 de agosto do corrente ano.

Memorando nº 089, de 23/08/16, do Deputado Mecias de Jesus, comunicando sua ausência no expediente parlamentar do Plenário desta Casa Legislativa, no período de 23 a 25 de agosto do corrente ano.

DIVERSOS:

Representação s/nº, de 23/08/16, do Advogado Pedro Duque ao Presidente desta Casa Legislativa.

Comunicado nº AL026636, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vovó Júlia, no valor de R\$ 2.680,00.

Comunicado nº AL026637, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Menino Jesus, no valor de R\$ 3.330,00.

Comunicado nº AL026638, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Creche Municipal Pingo de Gente, no valor de R\$ 2.450,00.

Comunicado nº AL026639, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Rio Branco, no valor de R\$ 1.510,00.

Comunicado nº AL026640, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil Jael da Silva Barradas, no valor de R\$ 3.020,00.

Comunicado nº AL026641, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Aline Ismene T. Nogueira, no valor de R\$ 1.090,00.

Comunicado nº AL026642, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Menino Jesus de Praga, no valor de R\$ 4.220,00.

Comunicado nº AL026643, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Raimundo Eloy, no valor de R\$ 11.350,00.

Comunicado nº AL026644, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Tuxaua Albino de Moraes, no valor de R\$ 1.460,00.

Comunicado nº AL026645, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ioláudio Batista da Silva, no valor de R\$ 11.130,00.

Comunicado nº AL026646, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Anauá, no valor de R\$ 2.000,00.

Comunicado nº AL026647, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Alzira Marinho de Brito, no valor de R\$ 1.640,00.

Comunicado nº AL026648, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Princesa Isabel, no valor de R\$ 3.220,00.

Comunicado nº AL026649, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Terezinha de Jesus, no valor de R\$ 3.120,00.

Comunicado nº AL026650, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Andreza Rufino, no valor de R\$ 1.460,00.

Comunicado nº AL026651, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pedro Muleta, no valor de R\$ 3.450,00.

Comunicado nº AL026652, de 18/07/16, do Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vó Hilda Klennivink, no valor de R\$ 1.320,00.

Comunicado nº AL026653, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Alves Barbosa, no valor de R\$ 1.260,00.

Comunicado nº AL026654, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ordalha Araújo de Lima, no valor de R\$ 5.920,00.

Comunicado nº AL026655, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Creche Emília, no valor de R\$ 2.780,00.

Comunicado nº AL026656, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Hilda Franco de Souza, no valor de R\$ 7.670,00.

Comunicado nº AL026657, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena José Alamaro, no valor de R\$ 2.900,00.

Comunicado nº AL026658, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Lírio dos Reis, no valor de R\$ 6.120,00.

Comunicado nº AL026659, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria de Fátima Faria Andrade, no valor de R\$ 6.340,00.

Comunicado nº AL026660, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Juslany de Souza Flores, no valor de R\$ 10.340,00.

Comunicado nº AL026661, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Antônia Celestina da Silva, no valor de R\$ 1.850,00.

Comunicado nº AL026662, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jóquei Clube, no valor de R\$ 4.020,00.

Comunicado nº AL026663, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Zildeth Puga Rocha, no valor de R\$ 2.060,00.

Comunicado nº AL026664, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ana Sandra Nascimento de Queiroz, no valor de R\$ 7.910,00.

Comunicado nº AL026665, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Josefá da Silva Gomes, no valor de R\$ 6.680,00.

Comunicado nº AL026666, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Jean de Sousa, no valor de R\$ 2.420,00.

Comunicado nº AL026667, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Aldenora Ribeiro, no valor de R\$ 2.090,00.

Comunicado nº AL026668, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Santa Teresa, no valor de R\$ 2.420,00.

Comunicado nº AL026669, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Doutor Sílvio Leite, no valor de R\$ 4.390,00.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, demais parlamentares aqui presentes, público que se encontra nas galerias deste Poder, eu abro meu discurso com uma matéria que está na Folha de Boa Vista. O clima é de tensão no sistema prisional. Inclusive, a CPI do sistema prisional já foi aberta e estamos trabalhando. Mas, eu sempre venho pregando a harmonia, a paz, a tranquilidade, que as autoridades do sistema prisional possam trabalhar em paz. Que as autoridades cumpram com os reeducandos o que determina a lei. Que os reeducandos cumpram com as autoridades o que eles têm que cumprir, com o objetivo de existir paz no sistema prisional. Quero dizer que os reeducandos, sejam eles quem forem, e qual seja o motivo de estarem na cadeia, vão ter que pagar pelo crime que cometeram. Têm que cumprir a sua pena. Agora, há muito tempo coloquei no Programa de Televisão e de Rádio. Vou colocar hoje, novamente, Estou fazendo esse discurso aqui. Não tenho nada contra nem a favor de ninguém. Só estou mostrando a verdade e evitar que comecem a acontecer tragédias aqui, como acontece no Rio e São e em todo o Brasil. Alguns profissionais da polícia, sejam eles de qualquer uma, quando arrocham o nó contra detentos, contra a criminalidade são pegos na esquina e assassinados, sem piedade, por membros, por integrantes e por amigos de facções de marginais. Então, eu gostaria que entendessem que esse é o meu objetivo, evitar confrontos, porque depois que o Policial Militar, o Federal, o Guarda Municipal, o Civil, estiverem estirados na Organização Social de Luto, só fazem sucesso por 24 horas, depois que forem enterrados ninguém quer saber. Então, esse é o meu objetivo. Outra coisa, existe aí fora uma ação porque 12 detentos foram baleados com balas de borracha na PA. Teve rebelião? Não teve rebelião. Eu tenho fotos, tenho documentos. E o que está acontecendo? Querem implantar a Lei do Sistema Prisional. Mas, os reeducandos estão se rebelando por isso? Mentira. Eu desafio trazerem aqui na Assembleia ou em qualquer lugar, representantes dos reeducandos para falarem. Deixem eles falarem, porque nunca deixaram, sempre prevalece a palavra da autoridade e não ouvem o elemento que está sendo acusado. Ah, Izaías, é porque o cara é estuprador, bandido, assaltante, vagabundo. Tudo bem, mas ele não está preso, não está pagando pelo crime dele? De quem é a responsabilidade? Do Estado. Com toda certeza, a Governadora do estado, as autoridades não estão dando ordem para, sem rebelião, sem briga, sem confusão, saírem batendo e atirando nos detentos. E o meu objetivo é ajudar, porque também está na Folha de Boa Vista que aqueles que gostam de bater, de matar, de balear dentro do sistema prisional estão se dando mal. Vou dar um exemplo agora: O Supremo Tribunal Federal nega *habeas corpus* para ex-diretor do sistema prisional. Isso serve de alerta para o que está aí. Na segunda-feira, dia 22, a Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal negou segmento ao *habeas corpus* nº 135642, solicitado pela defesa do ex-diretor do sistema prisional de Roraima, Senhor Sidney Silva dos Santos, acusado de, no cargo em que exercia, não ter atuado para impedir a morte de presos por outros detentos. De acordo com os autos do processo, o ex-Diretor foi denunciado pelo Ministério Público por homicídio qualificado, por duas vezes, e associação criminosa, artigo 121 e 288, ambos do Código Penal Brasileiro. Segundo a denúncia, ele é acusado de ter agido junto com outros envolvidos, de forma previamente pactuada, para provocar a morte das vítimas por enforcamento com cordas e para forjar um suicídio. A decisão do Tribunal de Justiça de Roraima, decretando a prisão preventiva desse elemento por estar presente a gravidade concreta do delito é evidenciada pelo *modus operandi*, justificada a demora da formação da culpa em razão da complexidade do processo. Portanto, o ex-diretor do sistema prisional teve seu recurso negado pelo Supremo Tribunal Federal e ele vai continuar na cadeia. Esse é um dos objetivos, porque, muitas das vezes, todo mundo reunido e tal, aquele negócio e mete a chibata, a bala come, aí quando o cara está sozinho perante um juiz, ele murcha a cabeça, a orelha, mas quando está todo mundo reunido naquela agitação, todo mundo é valente, agora quando o cara está sozinho, cercado, ele não tem para onde correr, bem como quando

está diante de uma autoridade. Então, está aqui na Folha de Boa Vista e volto a dizer que as leis devem ser implantadas dentro do sistema prisional. Isso é certo. Se tiverem, de 1400 presos, aproximadamente, foi o que disse o Doutor Carlos Paixão, Promotor de Justiça nessa PA que é para 700, lugar totalmente acabado, destruído, um lugar para se criar criminosos, para aumentar a sua maldade, que seja implantada a lei, pois estamos aqui para ajudar o Governo, para assinar o que for preciso como liberação de verbas para que sejam aplicadas onde for preciso de forma honesta, séria e transparente para ajudar o sistema prisional. Agora, só informando que estamos apoiando que seja feito um trabalho de imposição da lei, que as autoridades sejam respeitadas, que a justiça seja respeitada, mas as denúncias de tortura, de comida estragadas, denúncias de dois elementos ontem baleados, um no olho, outro no braço, dentre outros. A confusão comendo lá dentro, isso não leva a nada, somente a mais violência, porque toda a ação leva a uma reação. Se a ação é de bater alguém aqui fora vai apanhar também, se a ordem é atirar alguém aqui fora vai ser baleado também. Se a ordem é matar, poderemos ter mortes aqui fora da mesma forma que acontece em todo o Brasil. Querem implantar a lei? Vamos implantá-la, estamos aqui para ajudar. Se algum dos mil e quatrocentos se rebelar, tem que ser punido. Agora, não de forma violenta e com derramamento de sangue. Não sou contra nenhuma polícia nem tenho acordo com ninguém. Só devo a Deus e ao povo que votou em mim. Então, o que queremos é a paz, a harmonia, porque se a autoridade chegar para o detento e dizer que ele tem que cumprir sua pena e seus direitos serão respeitados. Tenho certeza que o cara só não irá acatar se for doido e quiser enfrentar a autoridade.

Então, gostaria de pedir que haja o entendimento, porque violência só vai gerar mais violência. E ninguém quer que aconteça como aí fora em que um policial, pai de família, foi morto na frente da filha. 10, 30, 40 componentes da briosa Polícia Militar não podem, com suas ações, denegrir a imagem daquela instituição.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado, pelo aparte. Quero contribuir com sua fala, pois sou adepto da cultura da paz e concordo com Vossa Excelência em que violência só gera violência. Essa é uma situação extremamente preocupante, assim como o nosso sistema prisional que vem há muito tempo falido. Há anos que vimos nesse sistema de enxuga gelo. Essa Casa se sentiu provocada e instalou uma CPI para apurar quais as questões que estão causando todas essas fugas no sistema prisional. Concordo com Vossa Excelência não é usando da violência que vamos reeducar. As pessoas que estão lá sob a tutela do Estado e o Estado tem como dever ressocializá-las e trazê-las para o seio da sociedade. Sabemos que muitos que estão lá querem isso, cumprir suas penas conscientes do que cometeram, arrependidos. Mas, temos um número significativo que não está muito preocupado com isso, colocando-se à disposição de comandos, de organizações criminosas aqui de fora, recebendo orientação para fazer todo tipo de maldade, de fugas, ao comando de ações criminosas aqui fora.

Então, é preciso que o sistema prisional tenha a capacidade de identificar quem é quem. E, dentro do que estabelece a lei, que recebam o tratamento. Estivemos, na segunda-feira, com o Secretário de Justiça e Cidadania e lá estavam os componentes da CPI. Nós pedimos várias informações, tivemos quase duas horas de conversa e entre o que foi conversado, ele colocou para a Comissão que teria algum tipo de represália por parte dos presos, porque eles estavam desencadeando algumas ações no sistema penitenciário que não iam satisfazer os presos, pois iria tirar regalias e mordomias com as quais já estavam acostumados, como, por exemplo, passarem o dia ao invés de trancados nas selas, soltos dentro das alas. Eles estavam separando os presos que estudam e trabalham para uma ala só e os chefes de alas não aceitam isso, porque esses presos que entram e saem para estudar, para trabalhar fora às vezes servem de mula para algumas ações criminosas desses altos criminosos que estão lá dentro, tentando interferir aqui na vida da sociedade. Então, algumas ações estão sendo tomadas pela SEJUC no sentido de organizar o mínimo, que é manter o preso trancado na sela, separar quem estuda e quem trabalha, ou seja, essas ações com certeza causam desconforto para os presos que estavam mal acostumados. Muitos já tinha sua favela, apartamentos lá dentro, porque estava no processo de improviso. Mas, isso não justifica nenhum ato de violência. Nisso concordo com Vossa Excelência. Agora, é preciso termos clareza, compreensão, estabelecermos a ordem especial na penitenciária. É preciso dizer a eles que lá tem um chefe de plantão, policiais, agentes, diretor do presídio que administram o sistema penitenciário e que os presos têm que cumprir o que for decidido dentro do presídio. Podem até conversar em como chegar a

construir essa disciplina, agora não dá para o chefe de plantão, para os que cuidam dos presos terem medo ou receio de determinar que o preso vá para dentro da sela. Se o preso se recusar, é nesse momento que poderão ter que usar a força policial. Estou falando isso porque já trabalhei lá dentro, quem está lá dentro não sabe o que é ter 4, 5, 10 policiais para colocar na tranca 500 homens. Se você não tiver determinação, não põe. Deputado Izaías Maia, acredito que boa parte dos presos vão se ressocializar, mas meia dúzia acha que está acima de tudo, não têm medo, não temem a polícia nem a Deus e o caboclo tem que falar grosso com ele porque não falar, eles montam no gogó da polícia e do agente penitenciário, ou no de quem for e terminam fazendo o que bem querem. Então, a situação é preocupante. Acho que a própria Comissão pode falar com o Secretário para reforçar e dizer que não compactuamos, não vamos aceitar nenhum tipo de violência, mas que tem que manter a disciplina na penitenciária, não podem deixar do jeito que eles querem, fogem a hora que querem, matam quem eles querem. O Estado tem que se fazer presente, conversando, ressocializando, levando as oportunidades necessárias para eles ressocializarem, mas também, se for o caso, tem que usar a força para colocar disciplina no sistema penitenciário. Acho que a gente tem que concordar com a ação, mas não podemos concordar é com o abuso. Obrigado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua - Muito bem, Deputado Sampaio. O que o senhor falou, eu já estou falando há muito tempo. Dá para ressocializar, porque se tivermos 1.400 lá e dez desrespeitando o sistema, eles mesmos dão um corretivo nos caras, eles mesmos tomam providências. Sabe por quê? Porque de acordo com as denúncias, se tiver fuga, os que estão lá é que apanham. Está errado, tem que pegar quem fugiu e na hora que pegar o cara fujão, ele vai para tranca pagar pela desobediência e não bater nos que estão lá dentro. Por que nenhuma autoridade deixa os reeducandos falarem? Eles não podem falar, só as autoridades que podem? Muitas autoridades têm condutas duvidosas e não era para estarem aqui fora, era para estarem lá dentro. Há várias autoridades que já conhecem o que é uma cadeia e sabem que é um inferno! O Brasil está aí mostrando a Lava Jato, colocando meio mundo de nego na cadeia, todos engravatados, quer dizer, eles conhecem também. Então, vamos respeitar os direitos de cada um, mas aqueles que não respeitarem terão a tranca e as punições que a lei manda. Todavia, o negócio é que está acontecendo tudo de forma escondida e aqui fora só chega o que não é a verdade. Eu tenho um bocado de filmagens, gravações e fotos provando tudo. Então, vamos lá para dentro arrochar o nó, não esqueçam que aqui fora as nossas famílias também sofrem represálias de bandidos, represálias também contra os que trabalham no sistema prisional. O que nós queremos é que haja o entendimento, que tudo fique bem. Para aqueles que desrespeitarem, que sejam punidos dentro da lei, pois os próprios reeducandos vão aplicar a lei que eles têm lá dentro contra aqueles que descumprem a lei da justiça. Fogem 10, a chibata come lá dentro da cela. Vou pagar porque outra pessoa fugiu? E existem outras denúncias. Na Cadeia Pública Feminina, as detentas que precisam fazer o pré-natal não estão tendo autorização para saírem. As pessoas dizem que eu estou defendendo vagabundo, bandido, estuprador. Não estou falando de bandido, estou falando do ser humano, o cidadão que está em liberdade hoje pode ser o presidiário de amanhã. O Brasil está mostrando isso, você colhe o que planta, isso se chama a lei de Deus. Tem também a audiência dos detentos, que têm que ir à justiça, mas eles não levam! Inventam sempre alguma coisa e isso prejudica o apenado. Estão dizendo que os caras estão de greve, não querem comer. Mas, na verdade, não estão comendo porque não mandaram a comida. Tem denúncia que cortaram a água dos detentos. Então, são coisas mesquinhas. O administrador pode achar que está agindo certo, mas não está, porque isso só gera mais revolta. Quando um cara desses foge e entra na nossa casa, usa o mesmo termo que as autoridades de dentro do sistema carcerário usam, agredem, batem, pisam no pescoço, entre outras coisas. Isso já aconteceu com alguns empresários. Então, eu gostaria de pedir que haja um entendimento. A Senhora Governadora pode contar com o meu apoio. Eu já disse que não tenho compromisso político com ninguém, só presto contas para Deus e para o povo, usando os dois programas de TV e rádio. Vamos deixar as diferenças pessoais de lado e apoiar a boa gestão, porque se o sistema estiver controlado não tem fuga. Se tiver tudo tranquilo, a paz reina na sociedade, porque hoje nós estamos na mira de uma arma e na ponta de uma faca de um bandido, sendo que o que nós queremos é harmonia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Bom dia Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa e colaboradores desta Casa. Deputado Izaías, louvo a iniciativa de

Vossa Excelência, pois é recorrente o uso que faz da tribuna para trazer assuntos importantes e de interesse da sociedade. Este é o papel do homem público. O parlamento vem de falar, e falar é falar e Vossa Excelência tem falado muito. E esse seu falar na Assembleia Legislativa, que é a caixa de ressonância da sociedade nos traz à reflexão, proporcionando o debate. Quero dizer a Vossa Excelência que entendo que o sistema prisional brasileiro não cumpre com os dois únicos propósitos da lei de execução penal. O primeiro grande propósito é conter e obedecer o poder coercitivo da lei, que é a punição proporcional ao crime que se comete, ou seja, se é cometido um homicídio, o Poder Judiciário, o Ministério Público decide a pena, onde dependendo de como foi o homicídio e qual o grau de violência é que se aplica a pena. E essa pena geralmente não é cumprida conforme a sentença, geralmente é mais ou menos, ou as condições da pena são desumanas, como Vossa Excelência falou aqui, e eu respeito muito. Vossa excelência não está defendendo bandido ou estuprador e sim a pessoa humana que ali está, ou seja, o princípio da dignidade da pessoa humana. O outro grande propósito da lei é o da ressocialização. O sistema prisional brasileiro não cumpre esses dois grandes propósitos da Lei de Execução Penal. E isso não é só em Roraima, fato que é lamentável, pois se cumprisse a pena, se houvesse o poder da ressocialização, porque após o apenado ir preso, ele está sob a tutela jurisdicional do Estado, então o Estado tem a responsabilidade de cuidar da vida daquele que está ali pagando a pena. Veja só, como se faz isso? Muitas vezes os presídios estão superlotados e isso não é culpa dos policiais que ali estão, sejam eles civis ou militares, fazendo a segurança. Como fazer? Essa é uma pergunta que ninguém sabe responder. Se o apenado está lá dentro entendendo que não está sendo bem tratado, que a alimentação que está chegando até ele não é de qualidade, não supre suas necessidades orgânicas, se o preso entende que ele foi apenado de forma desproporcional, se ele entende que a família não está sendo isso aquilo já gera uma violência emocional interna, porque ele se sente agredido pelo próprio estado. O policial, por sua vez, reage na proporcionalidade com que age o apenado. Não é fácil para os dois lados, pois os presídios estão superlotados, e em Roraima não é diferente. Eu vi aqui, a Presidente da Associação dos Policiais Civis dizer que se foge cavando o muro com uma caneta. Eu ouvi um colega, Deputado, dizer que se encontra apenados, presidiários que deveriam estar presos, andando nas ruas da cidade sem sabermos como ele saiu. O problema é muito complexo, não é um problema simples. Mas, eu digo a Vossa Excelência uma coisa, se nós não agirmos ou reagirmos na mesma proporção que agem aquelas pessoas que ali estão, que deveriam estar sendo ressocializadas pelo Estado, que deveriam estar em condições muito mais humanas, nós não vamos conseguir proteger a sociedade dessas sequências de horrores que Vossa Excelência citou aqui, que podem acontecer caso eles se sintam ameaçados. Digo a Vossa Excelência que a miséria leva à criminalidade e a criminalidade aumenta quando a miséria aumenta. Nós precisamos agir ou reagir na mesma proporcionalidade, porque nós somos cobrados pela sociedade, inclusive, cobrados por Vossa Excelência aqui na tribuna e pelas pessoas nas ruas. Temos que agir frontalmente, corajosamente, para que possamos, no mínimo, já que não podemos coibir ou acabar com a marginalidade, atenuar a situação. Então, eu quero que Vossa Excelência entenda que concordo com o senhor com relação ao sistema prisional e que a forma harmoniosa é o melhor caminho para qualquer relação. Mas, quando não há condições, há rebeliões, ameaças a esses policiais, a pais de família que estão ali dentro servindo ao Estado, tentando garantir a proteção da família de Vossa Excelência, da família de 500 mil roraimenses que aqui estão, eles devem sim agir. Além de defender essas famílias, esses roraimenses têm o direito de se defender também, porque eles são seres humanos e têm família. Então, se vierem com violência, a reação vai ser violência. O que nós temos que fazer é encontrar, através de um grande debate, uma condição melhor para que essa relação dos apenados e dos policiais que fazem a segurança na PA e na Cadeia Pública seja mais harmoniosa. Vossa Excelência disse uma coisa interessante, eles não querem a comida que é servida a eles, mas fora da cadeia pública temos centenas de irmãos venezuelanos esperando a marmitta que eles não querem comer. Será que esse alimento está tão ruim assim? Meu amigo Deputado Izaías Maia, será? Será que não serve, se há pessoas do lado de fora esperando esse alimento? O Comandante Geral da Polícia Militar me falou esses dias que muitas das vezes eles dizem que não querem a comida que vem do sistema prisional, fazem greve de fome, aí as famílias levam marmittas e eles se alimentam. Então, a mídia cobre tudo como se a alimentação que é fornecida pelo Estado, paga com o dinheiro do contribuinte, não

fosse boa e eles não aceitam, mas aceitam a marmita que vem de casa. O Comandante proibiu a entrada de marmitas de casa, pois se estão fazendo greve de fome que fiquem com fome, porque greve de fome significa ausência de alimento. Depois da proibição da entrada de alimento, eles voltaram a comer a comida servida pela instituição. Então, muitas vezes, Deputado Izaías, são subterfúgios que encontram para que essa relação se torne ainda mais violenta, mais complexa. Nós precisamos analisar a fundo essa questão. A questão prisional no Brasil é muito grande. Assisti o filme Tropa de Elite, onde uma pessoa que pleiteava ser Deputado Estadual ou Federal, fazia uma palestra. Ele era professor de universidade e fazia umas contas muito rápido, meio até que mirabolantes, mas pelas contas que ele fazia: “Esse ano nós temos X, a população carcerária é X, ano que vem vai ser Y, daqui há 20 anos nós teremos mais pessoas presas do que pessoas soltas”. Isso significa que as leis estão avançando e que o sistema judiciário está fazendo a sua parte, mas nós não temos como ter tantos apenados. Nós precisamos de força de trabalho, pois é a força de trabalho, o dinheiro dos tributos daqueles que pagam que consegue sustentar essa população carcerária crescente. Mas esse sinal não só de que o judiciário está trabalhando, e sim de que a criminalidade está aumentando. E isso não é bom. Se a criminalidade aumenta e as pessoas são presas, significa menos poder de produção, menos força de trabalho.

Então, nós que somos políticos e estamos aqui como representantes do povo precisamos avaliar bem, analisar bem. Vossa Excelência disse aqui com precisão que, independente de bandeiras partidárias, não podemos cometer erros e insuflar movimentos que venham de encontro a esse entendimento, que é o entendimento de ter a paz social aqui para essas pessoas que estão trabalhando, pagando tributos e também uma paz social, a ressocialização, e que seja cumprida a pena conforme o poder coercitivo da lei lá no sistema prisional, bem como na cadeia pública. Esse é o nosso principal papel.

Então, quero dizer a Vossa excelência que é algo muito complexo. Temos aí residências todos os dias sendo assaltadas, muitas vezes roubadas, outras furtadas, enfim, são crimes dos mais diversos acontecendo e a polícia, seja ela militar, civil ou a própria polícia judiciária, tem que agir com base no princípio da proporcionalidade. No meu entendimento, seja ele o bandido engravatado ou não, colarinho branco, preto, sem colarinho, ele tem sim que ser punido conforme a lei que nós mesmos do parlamento construímos. Parlamento federal, mas é parlamento. Portanto, eu me coloco à disposição de Vossa Excelência para que nós possamos aqui, nos debruçar sobre isso, antes que Roraima vire um palco de guerra porque nós parlamentares, estamos discutindo isso só de maneira superficial, podendo insuflar essa condição ao invés de ajudarmos a amenizar toda ela.

Era o que eu tinha a dizer e novamente quero parabenizar Vossa Excelência por trazer assuntos que são pertinentes e de grande relevância para a sociedade do nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Obrigado, Deputado Brito. A primeira coisa para se chegar ao entendimento é sabermos onde está a verdade, porque de um lado dizem que a comida é boa, dá para comer e que é os caras que não querem, outros dizem que podem fiscalizar que a comida chega podre. Ontem, por exemplo, e o que eu vou dizer aqui ninguém sabe, porque recebi a informação na hora do programa, quando comecei a apelar para que as autoridades fizessem alguma coisa, porque alguns elementos que estavam baleados e sagrando na PA e as autoridades da penitenciária os deixaram lá, não chamaram o resgate, o SAMU ou fizeram qualquer coisa para que aquelas pessoas fossem levadas para o atendimento. Por quê? É desumanidade. É um bandido? É. O criminoso pode ser o pior bandido que existe, mas pode ser também um empresário ou um Deputado, pois de uma hora para outra isso pode acontecer com qualquer um de nós. Entre os detentos tem ali os de maldade incomparável, mas tem também pessoas que chegaram até lá por uma fatalidade do destino. Então, não podemos generalizar. Quando se fala bandidos, não utilizamos a palavra certa porque existe o bandido, o criminoso, o esturador e a pessoa que chegou ali por alguma coisa que aconteceu na sua vida. Então, enquanto eu falava na televisão, com o programa no ar, os cabras estavam sangrando e morrendo lá na PA e só depois de quase duas horas é que mandaram uma viatura para transportá-los até o atendimento. Quer dizer, isso é pura maldade. O primeiro passo é sabermos onde está a verdade. E a verdade só quem pode ir atrás são as autoridades e nós, podemos dar a nossa colaboração. Como o Deputado Brito falou, temos que parar de muita conversa, de muito aluguêl e resolvermos alguma coisa. O bandido que está lá dentro, pode amanhã estar aqui fora. Nós estamos aqui fora, mas poderemos amanhã estar

lá dentro. Poderemos nos encontrar nos caminhos da vida e, de uma hora para outra, se um cara desse, que não tem nada a perder, mata um membro da nossa família, e aí ninguém vai estar nem aí para o nosso sofrimento.

Então, a ordem é harmonia, paz, verdade, entendimento e ver o que se pode fazer para melhorar. Volto a dizer ao Deputado Brito, representante do Governo, que eu não tenho partido, na hora que chegar qualquer indicado do governo aqui, para qualquer setor, que venha beneficiar o povo, principalmente o sistema prisional, eu assino de olho fechado.

Aparte concedido ao senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado, eu estava aqui escutando o Senhor e Vossa Excelência me permita discordar em alguns pontos. Estamos falando de um estabelecimento prisional, com pessoas amotinadas, tentando provocar uma rebelião, não estamos falando de uma abordagem no centro da cidade, em um bar, onde mesmo assim o policial tem que chegar com toda precaução, porque o que nós temos de casos de policiais que perderam a vida ao abordar um veículo, ao fazer uma fiscalização de trânsito e foram recebidos a tiros. Então, você imagina a tensão que é entrar num presídio que tem histórico de violência, onde há facções como o PCC, família do norte, entre outras facções. Lá o policial não tem como chegar pedindo licença, por favor, entra à força, representando o Estado e tem que entrar com energia, com autoridade, com força, senão perde o respeito. A polícia tem que entrar com força. Se eventualmente houve algum excesso, isso vai ser apurado. Não podemos, nós aqui e nenhum órgão de comunicação que tenha o compromisso com a verdade, começar a atacar a atuação policial e dizer que há maldade, porque estamos invertendo os valores. Quem está lá dentro, é porque fez alguma coisa, cometeu algum crime, praticou algum delito, ou é assaltante, ou é esturador, ou é traficante, ou é homicida, praticou algum delito, está lá por determinação da justiça, separado. O policial que está lá, está a serviço, deixou sua família em casa, está lá fardado, numa área de risco e, com certeza, Deputado Jorge Everton, algo aconteceu para ter acontecido os disparos. A força se viu atacada, se viu em situação de risco e não houve, de repente, outra maneira senão efetuar alguns disparos. Eu não tenho ainda informação se foi disparo com projétil letal, ou se é aquele de borracha. Acredito que seja de borracha. Então, a força policial utiliza os meios que dispõe, proporcionalmente à ameaça que veio contra ele.

Então, temos que ter esse cuidado antes de tomar qualquer convicção, fazer qualquer acusação. Eu fiquei muito triste quando Vossa Excelência falou em maldade. O senhor pode ter certeza que os policiais militares, os agentes penitenciários, os policiais civis que atuam ali são profissionais altamente preparados para lidar com situações de alto risco, com gerenciamento de crise, em negociações, em casos de motins, rebeliões e tomadas de reféns. Eu me comprometo a buscar informações sobre isso. Acho que a própria CPI pode levar esse assunto para as reuniões, para que tenhamos o cuidado de não cometer injustiças, porque no Brasil estava se cometendo inversão de valores. Aquele que nos protege muitas vezes acaba sendo alvo de ataques de alguns setores da mídia, quando, na verdade, deveriam ser defendidos e colocados onde devem ser colocados, como heróis, defensores da sociedade. Obrigado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Muito bem, Deputado Coronel Chagas. O senhor é militar e já esteve lá dentro tomando conta da penitenciária do Monte Cristo, e quero lhe dizer uma coisa: estamos falando aqui de direitos humanos, não estou dizendo que não são bandidos, ladrões, acredito que têm que pagar pelo crime que cometeram. E pagar com o rigor da lei, já que foram condenados. Estou falando em direitos humanos. Quando falei maldade, não sei se vossa excelência prestou atenção, eu me referi, e tenho provas, documentos, fotos, às pessoas que foram baleadas e ficaram por várias horas esperando atendimento médico e não foram encaminhadas para o sistema de atendimento médico, só foram encaminhadas quando comecei a denunciar no programa Barra Pesada, pedindo que dessem o atendimento para aquelas pessoas, para aqueles bandidos, esturadores, elementos de alta periculosidade, criminosos, ladrões, ou como o senhor queira. Eu quis dizer isso, da maldade com relação ao atendimento, porque, com toda certeza, depois do tiro que levaram, a primeira coisa a ser feita era colocá-los em uma viatura e mandá-los para o hospital e não os deixa sangrando, ou morrendo à míngua como foi feito. Eles receberam o primeiro atendimento dos detentos que estavam dentro da ala. Quando falei a palavra maldade, falei neste sentido. Agora, que deve haver a repressão, deve, mas as pessoas pensam que todos os que estão ali, bandidos e criminosos, não valem nada, mas é preciso que se apure o que aconteceu lá. O que quero é que

se apure a verdade, para saber onde está a verdade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Izaías, entendi claramente o que vossa excelência falou e acho que todos os colegas estão falando a mesma coisa. Acredito que vossa excelência não falou no sentido de proteção a criminoso, nem criticando a atuação policial. Entendo ser necessária esta atuação. Eu trabalhei no sistema prisional junto com o Deputado Coronel Chagas quando ele foi secretário e sei que quando o BOPE precisava entrar no sistema prisional, não dava para pedir com licença, nem por favor, tenha que entrar com a força policial, porque estamos falando de 1.000 a 1.300 homens que estão ali dentro do sistema. Conheço cada buraco daquela penitenciária, porque ia junto com os carcereiros, trabalhava diretamente andando lá dentro, não ficava fazendo serviço burocrático nem me trancando dentro do gabinete não. Então, eu conheço a realidade. E, Deputado Chagas, o que entendi é que o Deputado Izaías falou sobre algum excesso que possa ter sido cometido isoladamente. Vossa excelência sabe que, às vezes, o policial está entrando ali e encontra um desafeto e acaba descontando de forma errada, que não é a forma correta porque a forma correta de um policial trabalhar não é esta, e o deputado quer que seja apurado. Entendo que este é o caso da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia pegar essa denúncia específica e verificar, dando oportunidade ao policial que está de serviço, que está trabalhando, representando a sociedade de defender e não simplesmente ser acusado. Acho que é nesse sentido que vossa excelência está apresentando o caso aqui. Concordo com o que o Coronel Chagas falou sobre a atuação policial, mas se houve excesso, no que não acredito, temos que analisar o caso concreto, apurar, e a Comissão de Direitos Humanos está aqui para fazer isso. Obrigado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua - Complementando sua fala, Deputado Jorge Everton, mil policiais, não são 10, 20, 50, não vão praticar um ato errado e denigre a imagem da briosa polícia militar. Então, o que a gente quer é apuração. Tenho certeza que ao fiscalizarem, se nada tiver sido cometido por ambas as partes, eu virei e parabenizarei os que estavam trabalhando e que cumpriram sua missão. Agora, se a investigação confirmar que A, B ou C praticou um ato errado, tem que ser punido, como o ex-diretor do Sistema Prisional, que está na cadeia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Acabou de ser publicado na Folha de Boa Vista um vídeo do líder de facção criminosa, exigindo N coisas, e nós sabemos de onde está vindo esse movimento, o próprio Secretário da SEJUC sabe. E quero, desde já, parabenizar a governadora, eu que tanto critiquei a gestão anterior, pedi várias vezes para que substituísse a gestão anterior, pedi em conversa particular, pedi aqui no Plenário, em reuniões da bancada, pois ela reconheceu isso, substituiu e colocou duas pessoas altamente competentes, que têm formação em direitos humanos, formação policial, formação acadêmica e jurídica, que conhecem de frente para trás o sistema penitenciário e terão as condições necessárias de ajustar tudo dentro da lei. Confio no trabalho do Delegado Josiel, do Major Francisco e do Diretor do DESIPE e da Penitenciária Agrícola, são os quatro servidores efetivos e escolhidos em entendimentos com as categorias, analisando o currículo de cada um. Então, não tenha dúvida de que as pessoas que estão hoje vão se esforçar o máximo possível, com o aval da governadora, para ajustar o sistema penitenciário e de fato, o Estado comandar e não deixar como estava antes, onde os criminosos ditavam as regras. Nós acreditamos piamente que as regras daqui para frente serão outras, respeitando as pessoas e os direitos humanos. Cabe a nós, enquanto parlamentares, membros da Comissão dos Direitos Humanos, acompanharmos, agora, de forma alguma aceitar. E não é o caso de Vossa Excelência, sei que é um grande parceiro das polícias do Estado no seu trabalho como jornalista e parlamentar, sempre esteve abraçando a causa. Mas, o que não podemos aceitar é que um ou outro criminoso, através de telefonema, vídeo venha colocar a sociedade contra os policiais e trabalhadores que estão numa situação calamitosa, contudo são compromissados com a segurança assim como eu. Vossa Excelência, Deputado Chagas, o Deputado Jorge Everton e demais Deputados queremos o melhor para este Estado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua - Para finalizar, que seja descoberta a verdade sobre o que aconteceu. Se o detento desrespeitou a lei, tem que ser punido, se partiu para cima da polícia, tem que haver a reação, e a investigação sendo feita também se policiais, carcereiros do sistema prisional agiram de forma truculenta, desrespeitaram a lei, pois confirmadas as denúncias têm que ser punidos também. O que queremos é paz e harmonia, estamos à disposição do governo para ajudar nesse trabalho do sistema prisional.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental nº 039/16, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 08/15, de autoria do Deputado Chico Mozart, que “dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 198, de 03/08/12 que dispõe sobre a reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitário, de que trata o artigo 151, parágrafo único da Constituição de Roraima”; do Projeto de Lei nº 051/15, que “dispõe sobre escrituração de imóveis no território do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; do Projeto de Lei nº 020/16, que “dispõe sobre a realização de teste da linguinha em recém-nascidos no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; do Projeto de Lei nº 022/16, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Geração de Aproveitamento de Energia Solar e Eólica, e dá outras providências”, de autoria de Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Lei nº 034/16, que “dispõe sobre a isenção de taxas de estacionamento aos usuários que comprovem compras efetuadas no valor correspondente a, pelo menos, dez vezes o valor da taxa de estacionamento em Shopping Center do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jorge Everton; e do Projeto de Lei nº 016/16, que “dispõe sobre a regulamentação do uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas escolas estaduais de educação básica”.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à verificação de quórum.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, não há quórum.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo quórum para deliberar Ordem do Dia, transferimos para Sessão de amanhã.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, convido os Senhores Deputados para, na segunda-feira, às 15 horas, assistirem a apresentação do relatório detalhado do primeiro trimestre do exercício 2016, no dia 29 de agosto, no Plenário com o Senhor Secretário do Estado da Saúde, Doutor César Pereira Pena Faria. Os membros da Comissão de Saúde, Deputados Mecias de Jesus, Evangelista Siqueira, Masamy Eda, Francisco Mozart estão convocados e os demais Deputados estão convidados. Registro também que essa é uma obrigação legal da Secretaria de Saúde de apresentar nesta Casa esse relatório.

Quero também registrar que terça-feira, às 15h, haverá reunião da CPI do Sistema Prisional. Os Deputados Soldado Sampaio, Izaías Maia, Jorge Everton, Gabriel Picanço e Lenir Rodrigues estão convocados para, às 15h, estarem em frente da Cadeia Pública, uma vez que, já foram tomadas as providências para realizarmos a visita técnica na Cadeia Pública de Boa Vista. Estarei lá como Presidente da Comissão, juntamente com o Deputado Jorge Everton, relator. Nós estaremos lá para aguardar os demais Deputados que queiram participar dessa visita.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, eu fiz a indicação de um Projeto de Lei que proíbe que os shoppings cobrem estacionamento dos funcionários, porque é um absurdo as pessoas irem trabalhar e terem que pagar para estacionar seus veículos. Eu vi que tem um abaixo-assinado dos funcionários cobrando justiça. Já oficieei, inclusive, ao Ministério do Trabalho para que tomem providências. Peça a Vossa Excelência que verifique o andamento desse projeto que irá beneficiar esses pais de famílias que trabalham e que necessitam estacionar seus carros. E quero pedir aos colegas a sensibilidade para aprovar esse projeto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado, esse projeto estava em pauta, mas, como não houve quórum para deliberação, ficará para a próxima Sessão, pois é uma matéria importante e trata-se da Defesa do Consumidor. Proporemos também que a cobrança de estacionamento por parte de pessoas que vão fazer compras, valor que hoje é de cinquenta reais, seja diminuído como ocorre em outros estados.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, e convoco outra para o dia 25, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, George Melo, Izaías Maia, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**